22/09/2017 - BNDES faz cartilha para gestores públicos



Um guia para gestores e um livro sobre experiência internacionais de financiamento do transporte púbico marcam o debate sobre o desenvolvimento das cidades em relação ao transporte sobre trilhos no último dia da 23ªSemana de Tecnologia Metroferroviária.

Dúvidas que administradores públicos e dirigentes de estatais possam ter em relação a custos, projetos, financiamento e modelos de sistemas mais adequados à demanda nas cidades serão esclarecidas pelo Guia de Mobilidade BNDES/Ministério das Cidades que será lançado até o final deste ano. Annie Amicci, gerente de Mobilidade e Logística do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) afirmou que a obra está em fase final de elaboração e aproveitou sua participação no painel 6 “Planos de desenvolvimento urbano e sua relação com os transportes sobre trilhos” da 23ª Semana de Tecnologia Metroferroviária, nesta quinta-feira (21) em São Paulo para divulgar o trabalho em primeira mão.

Segundo ela, o Guia de Mobilidade BNDES/MCidades/KfW, terá lançamentos na sede do Banco, no Rio de Janeiro (RJ) e no Ministério das Cidades, em Brasília (DF), e poderá ser acessado pelo site do banco. Nele os administradores e gestores públicos terão condições de escolher o melhor projeto que atenda às necessidades, o porte do município ou a demanda de passageiros.

No mesmo painel, Françoise Méteyer-Zeldine, conselheira de Desenvolvimento Sustentável da Embaixada da França no Brasil lançou o Guia de boas práticas “Quem paga o que no transporte urbano” mostrando quem financia o transporte em diversas cidades do mundo.

O Guia de Méteyer-Zeldine analisa os sistemas de transporte público de seis cidades: Chongping (China), Ho Chi Min (Vietnã), São Francisco (EUA), Curitiba (PR), Istambul (Turquia), Pretória (África do Sul). Em todos eles, o poder público é o principal responsável pelo financiamento dos sistemas por meio de bancos de fomento e as operações, por meio de tarifas, impostos, taxas e subsídios.

A cidade de São Francisco, por exemplo, cobra pedágio nas pontes e os recursos são direcionados ao caixa do transporte público. Em Curitiba, como nas demais cidades brasileiras, as empresas contribuem com o vale transporte para beneficiar o empregado e não o sistema, que recebe subsídio das prefeituras.

O livro pode ser acessado no site do Codatu que financiou o trabalho (www.codatu.org) e já tem versão em português.

O painel também levou ao público presente informações sobre os “A transformação urbana do entorno do VLT da Baixada” apresentado pelo presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU, Joaquim Lopes da Silva Jr, que mostrou o case do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) da Baixada Santista, que custou R$ 1 bilhão.

Construído em uma linha de trem abandonada onde, no passado, funcionou uma malha por muitos anos, o VLT é um dos principais investimentos do governo estadual nos últimos seis anos no setor, disse Lopes.

O sistema que liga as cidades de Santos a São Vicente, trouxe uma grande transformação no seu entorno. Além da segunda linha, recebeu nova sinalização, 12 quilômetros de ciclovias e obras de arte nos muros. Apenas o túnel José Menino, que foi duplicado passou a ser frequentado por usuários de drogas. A Praça dos Andradas, tombada pelo patrimônio histórico recebeu melhorias dentro dos limites. “A fase II do VLT deve ser iniciada em 2018 e no bairro Valongo”, comentou Lopes.

Sobre a Semana – Na sua 23ª edição, a Semana de Tecnologia Metroferroviária, realizada pela AEAMESP é considerada o mais importante congresso técnico do setor de transporte metroferroviário do País. Durante quatro dias, técnicos das operadoras, dirigentes empresariais e profissionais do setor debatem questões importantes relacionadas à mobilidade urbana nas cidades e transporte sobre trilhos de passageiros e cargas no País.
VLT61731.jpg